



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
31ª Câmara

**Registro: 2019.0000389838**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação Cível nº 0003668-47.2013.8.26.0220, da Comarca de Guaratinguetá, em que é apelante ALCEU CORNÉLIO (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados LOG LINE LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA e SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS.

**ACORDAM**, em 31ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores FRANCISCO CASCONI (Presidente) e ADILSON DE ARAUJO.

São Paulo, 21 de maio de 2019.

**ANTONIO RIGOLIN**  
**RELATOR**  
**Assinatura Eletrônica**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
31ª Câmara

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0003668-47.2013.8.26.0220

Comarca: GUARATINGUETÁ – 1ª Vara

**Juiz: Eduardo Francisco Marcondes**

Apelante: Alceu Cornélio

Apelados: Log Line Logística e Transportes Ltda e Sul América Companhia Nacional de Seguros

**RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA POR FALTA DE DILAÇÃO PROBATÓRIA E DE NULIDADE POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO.** 1. Não se deparando com a necessidade de qualquer complemento probatório, dado que se exauriu o esclarecimento do fato com a prova documental e pericial, inexistente razão para cogitar de cerceamento de defesa. 2. A fundamentação da sentença é suficiente para permitir o exato esclarecimento daquilo que ensejou a emissão do dispositivo, permitindo o pleno exercício do direito de recorrer. E ainda que se reputasse insuficiente a fundamentação, a verdade é que o vício resta superado pela realização deste julgamento (CPC-2015, artigo 1.013, § 3º, IV)

**RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COLISÃO NA PARTE TRASEIRA DE VEÍCULO QUE SEGUIA IMEDIATAMENTE À FRENTE DURANTE O TRAJETO EM RODOVIA. INOBSERVÂNCIA DE REGRA BÁSICA DE CONDUÇÃO, QUE IMPÕE A MANTENÇA DE DISTANCIAMENTO ADEQUADO EM RELAÇÃO AO VEÍCULO DA FRENTE. PRESUNÇÃO DE CULPA NÃO DESFEITA PELA PROVA. RESPONSABILIDADE DO CONDUTOR DO VEÍCULO DE PROPRIEDADE DA RÉ, A QUEM CABIA MANTER O DISTANCIAMENTO ADEQUADO PARA EVITAR O RISCO. AUSÊNCIA, PORÉM, DE PROVA DA RELAÇÃO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE E OS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS AFIRMADOS PELO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO IMPROVIDO.** 1. O fato de o preposto da ré colidir com o veículo que seguia à sua frente, por si só, autoriza o reconhecimento de sua culpa. Cabia ao motorista que seguia logo atrás manter o distanciamento adequado, até porque existe a

*possibilidade da ocorrência de brusca parada, fato perfeitamente previsível. A culpa da demandada, na qualidade de proprietária do veículo e de preponente do condutor, é inequívoca. 2. Entretanto, o conjunto probatório não possibilita alcançar a convicção a respeito da alegada existência de liame entre o acidente automobilístico e os danos extrapatrimoniais afirmados pelo autor, até porque não demonstrada documentalmente a assertiva da ocorrência de lesões físicas que determinassem uma situação de sofrimento, de onde decorre a impossibilidade de acolhimento do pleito indenizatório. A ocorrência do acidente, por si só e o consequente transtorno gerado, não bastam para presumir o dano moral, que neste caso não se apresenta “in re ipsa”.*

**Voto nº 42.799**

Visto.

1. Trata-se de ação de indenização por danos morais por acidente de trânsito proposta por ALCEU CORNÉLIO em face de LOG LINE LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA e DANIEL JEFERSON DA SILVA, seguida de denunciação da lide à SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (fl.195).

No curso do processo, foi homologada a desistência da ação em relação ao corréu Daniel Jeferson da Silva (fl. 177).

A r. sentença, cujo relatório se adota, julgou improcedente o pedido, condenando o autor ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 20% sobre o valor atribuído à causa, com a ressalva da

inexigibilidade decorrente da gratuidade judicial. Por via de consequência, declarou prejudicada a análise da lide secundária, sem condenar a seguradora denunciada ao pagamento das verbas de sucumbência, diante da ausência de resistência ao pedido de denunciação.

Inconformado, apela o vencido, alegando, inicialmente, a ocorrência de cerceamento de defesa, uma vez que não lhe foi oportunizada a produção de prova oral (depoimento pessoal e oitiva de testemunha), pertinente e necessária para a demonstração de suas assertivas. Também sustenta a ocorrência de nulidade da sentença por ausência de suficiente fundamentação, em manifesta afronta ao artigo 489, inciso IV, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor e ao artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal. Quanto ao mais, pretende a inversão do resultado sob a alegação, em síntese, de que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do condutor do veículo de propriedade da demandada, fato que lhe causou angústia e sofrimento pelas lesões físicas, a ensejar reparação por danos morais.

Recurso tempestivo e bem processado, oportunamente respondido apenas pela seguradora denunciada. Há isenção de preparo.

Os autos foram inicialmente distribuídos para a 25ª Câmara de Direito Privado, que por sua vez deixou de conhecer do recurso, por entender configurada a prevenção desta Câmara, fato que motivou a redistribuição em janeiro de 2018 (fls. 520/528).

**É o relatório.**

2. De pronto, impõe-se reconhecer que não há base jurídica para falar em cerceamento de defesa, pois não se verifica, na hipótese, a necessidade de qualquer complemento probatório, dado que se exauriu o esclarecimento do fato com os documentos trazidos aos autos e, notadamente, com a perícia médica realizada por órgão oficial que, naturalmente, se sobrepõe à prova oral, como bem ponderado pelo Juízo de primeiro grau.

De igual modo, impõe-se rejeitar a arguição de nulidade da sentença, pois ela satisfaz todos os requisitos do artigo 489 do CPC. O seu conteúdo possibilitou perfeitamente entender o pensamento manifestado e permitiu o pleno exercício do direito de recorrer. É o que basta para o reconhecimento da sua validade. E ainda que se reputasse insuficiente a fundamentação, a verdade é que o vício resta superado pela realização deste julgamento (CPC-2015, artigo 1.013, § 3º, IV).

Superados esses aspectos, passa-se à análise da matéria de fundo.

Segundo a narrativa da petição inicial, no dia 6 de maio de 2010, o autor conduzia o caminhão de propriedade da empresa José Aluísio Cornélio – ME, pela Rodovia SP-65, em Itatiba/SP, quando, na altura do Km 100, foi atingido pelo caminhão de propriedade da empresa ré e conduzido por seu preposto Daniel Jeferson da Silva que, *segundo informações colhidas no boletim de ocorrência, cochilou ao volante* e acabou colidindo violentamente a parte traseira do seu veículo. Os caminhões estavam carregados, sobretudo aquele que conduzia, pois transportava caixas de bebida,

e com o violento impacto, houve perda parcial da carga, além de danos de grande monta ao veículo (carroceria, cardan, chassis, diferencial, para-brisa, câmbio, eixo de virabrequim e para-choque traseiro). Com o choque, o autor foi projetado para frente e colidiu com o para-brisa do caminhão, além de ter ficado preso às ferragens; em decorrência disso, sofreu lesões e foi conduzido à Santa Casa de Itatiba. *Durante vários meses necessitou realizar acompanhamentos médicos devido a problemas de cervical que passou a ter*, sofreu dores e se encontra impossibilitado de exercer a sua atividade laborativa com regularidade; também necessitou de internação hospitalar e de tratamentos clínicos e cirúrgicos. Em decorrência do acidente, desenvolveu cefaleia na região frontal; agravamento do quadro de hérnia discal; e cervicalgia intensa. Daí o pleito de indenização por danos de ordem moral que sofreu.

Ao se defender, a demandada apontou a ocorrência de prescrição e, quanto ao mais, alegou a inexistência de culpa de seu preposto pela ocorrência do acidente, impugnando os danos físicos afirmados. Formulou pedido de denunciação da lide à Sul América Companhia Nacional de Seguros.

A seguradora denunciada, por sua vez, confirmou a existência e vigência do contrato de seguro com a empresa e alegou, essencialmente, a inexistência de culpa do preposto da denunciante pela ocorrência da colisão e dos danos apontados.

A r. sentença rejeitou a alegação de prescrição e considerou *incontroversa a ocorrência da colisão relatada na petição inicial*, levando em conta o fato de que a culpa do preposto da ré e a

responsabilidade da seguradora denunciada foram reconhecidas em outra demanda proposta pelo proprietário do caminhão conduzido pelo ora demandante<sup>1</sup> (fls. 164/170). Porém, rejeitou a pretensão, com base no laudo pericial, que concluiu pela inexistência de nexo de causalidade entre os danos físicos apontados pelo autor e o acidente.

Ora, bem se sabe que é dever do condutor do veículo manter distância adequada em relação ao outro que segue à frente, pois é perfeitamente previsível a ocorrência de manobras repentinas que exijam imediata parada. Independentemente da circunstância, os motoristas não podem deixar de atentar para as condições da pista.

Diante dos elementos dos autos, pode-se concluir com segurança que o evento ocorreu por culpa do preposto da ré, pois a primeira constatação que se tem é o desrespeito à regra elementar de trânsito, que obriga o motorista do veículo que segue atrás guardar distanciamento adequado em relação ao da frente. Assim, pelo simples fato da ocorrência do choque tem-se a presunção de responsabilidade, que só pode ser elidida mediante a demonstração inequívoca de um fato obstativo, relacionado à conduta de terceiro ou do próprio motorista do veículo da frente, e que assim permita alcançar conclusão de que o acidente decorreu de causa diversa. E essa demonstração, efetivamente, não ocorreu.

Diante desse convencimento, não há como deixar de reconhecer a responsabilidade da demandada pela ocorrência do acidente.

---

1 - APELAÇÃO Nº 0006494-17.2011.8.26.0220

Contudo, na hipótese em exame, não se mostra possível afirmar a efetiva existência do vínculo de causa e efeito, pois o autor não se desincumbiu de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito à indenização por danos morais, em conformidade com a norma do artigo 373, I, do Código de Processo Civil.

Não é possível aferir a existência de liame entre o acidente e a ocorrência das lesões físicas afirmadas pelo autor.

A prova produzida nos autos consistiu na apresentação do Termo Circunstanciado (fls. 109/111), dos documentos (fls. 23/108, 112/116, 143/149, 155 e 222/303), e do laudo pericial emitido pelo Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo - IMESC (fls. 357/370). Não houve exame pericial dos veículos envolvidos no evento, nem dos vestígios deixados no local.

Do Termo Circunstanciado consta a referência a informações prestadas pela autoridade policial que atendeu à ocorrência, com base na averiguação feita no local e nas informações colhidas pelas vítimas. Dele também se verifica que o autor apresentou a sua versão na qualidade de *testemunha* (fl. 110).

O conjunto probatório, na verdade, não autoriza o acolhimento da tese do autor. Ao contrário, os elementos de prova, especialmente a pericial, permite alcançar conclusão diversa.

No laudo emitido pelo IMESC, consignou-se que o autor *apresenta um quadro de doença degenerativa crônica e progressiva na região da coluna cervical de início insidioso*



*compatível com sua idade fisiológica (...). Concluiu o expert que (1) o autor é portador de espondiloartrose e protrusão discal na coluna cervical; (2) que não foi possível constatar dano patrimonial/funcional decorrente de lesão traumática do acidente referido; (3) capacidade laborativa não prejudicada para sua atividade laboral; e (4) que não há nexos entre as queixas atuais com o acidente referido* (fl. 368).

O conteúdo dos documentos emitidos pelo INSS também permitem verificar que ao autor foi negado o benefício auxílio doença, diante da inexistência de *incapacidade para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual*, constatada através de perícia médica (fls. 112/114).

Em verdade, a situação espelhada nos autos, sequer permite concluir que o autor efetivamente sofreu qualquer espécie de lesão corporal. Primeiro, porque não veio para os autos o respectivo laudo oficial emitido pelo Instituto Médico Legal ou de Criminalística. Segundo, porque não foram localizados nos registros da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Itatiba - local para onde o autor afirma ter sido conduzido após a ocorrência do acidente -, prontuário de atendimento ou documentos relacionados, consoante informação encaminhada aos autos.

De seu conteúdo destaca-se: “(...) *No tocante ao acidente objeto do Termo Circunstanciado de Ocorrência que acompanhou o ofício em questão, foram localizados atendimentos em favor dos Srs. Daniel Jeferson da Silva e João Borges Calistro (...). O protocolo do nosso arquivo morto, esclareço, não prevê que*

*possa ter ocorrido o descarte voluntário e intencional dos prontuários de atendimentos prestados neste hospital na data de 06.05.2010, tanto que localizamos os documentos alusivos ao suporte prestado em favor dos Srs. Daniel Jeferson da Silva e João Borges Calistro”* (fls. 392/444).

Assim, uma vez não comprovada a existência de nexos causal entre o acidente automobilístico e os danos extrapatrimoniais afirmados pelo autor, eliminada está qualquer possibilidade de identificar situação de dano moral.

Não se trata, ademais, de uma situação em que se mostra possível presumir o dano moral, em que ele já estaria caracterizado *in re ipsa*, de modo que se fazia necessária a demonstração da efetiva ocorrência de sofrimento da alma. Não há elementos que permitam afirmar que as consequências do evento superaram o limite de uma simples situação de aborrecimento, transtorno, que não possibilita afirmar a caracterização do dano moral, valendo ponderar que a ocorrência do acidente, por si só, e o consequente transtorno gerado, não bastam para presumir danos dessa ordem. O autor, portanto, não faz jus à respectiva indenização.

Enfim, não comporta acolhimento o inconformismo, devendo prevalecer a solução adotada pela sentença.

Não há lugar para elevação da verba honorária sucumbencial, pois já fixada em percentual máximo previsto em lei.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO  
31ª Câmara

3. Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

**ANTONIO RIGOLIN**  
**Relator**